



**Câmara Municipal de Castanheira de Pera**

**ACTA N° 21/2002**

**Data da reunião ordinária: 12-11-2002**

**Início da reunião: 10:30 horas**

**Términus da reunião: 12:00 horas**

**A respectiva ordem de trabalhos fica arquivada em pasta anexa à presente acta.**

**Membros da Câmara Municipal de Castanheira de Pera que comparecem à reunião:**

**Presidente:** Pedro Manuel Barjona de Tomaz Henriques

**Vereadores:**

Fernando José Pires Lopes

Bebiano Antunes Rosinha

António Alves Henriques

**Outras Pessoas:**

**Responsável pela elaboração da acta:**

**Nome:** Maria da Conceição Silva Soares

**Cargo:** Técnica Superior de 1ª Classe

**Faltas justificadas:** Dr. Nuno José Mendes Teixeira Correia

**Faltas por justificar:**

**Resumo diário da Tesouraria:** 11-11-2002

**Operações Orçamentais:** 58.928,05

**Operações de Tesouraria:** 249.190,10

Reunião de 12 de Novembro de 2002

**ABERTURA**

-----Aos doze dias do mês de Novembro de dois mil e dois, nesta vila de Castanheira de Pera e sala de reuniões sita no edifício dos Paços do Concelho, reuniu a Câmara Municipal de Castanheira de Pera, sob a Presidência do Senhor Pedro Manuel Barjona de Tomaz Henriques e a presença dos Vereadores Senhores Fernando José Pires Lopes, Bebiano Antunes Rosinha e António Alves Henriques.-----

-----Foi considerada justificada a falta do Senhor Vereador Dr. Nuno Correia por motivos profissionais.-----

-----Pelas dez horas e trinta minutos foi considerada aberta a reunião.-----

**PERIODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

**PRIMEIRO**-----

-----O Senhor Vereador Prof. António Alves solicitou informação sobre o prazo das obras de saneamento no lugar da Moita.-----

-----O Senhor Vereador Prof. Fernando Lopes referiu que a obra está suspensa em parte, pelo facto do proprietário do terreno necessário àquela obra não concordar com a passagem da tubagem na sua propriedade. Assim sendo, o Senhor Vereador propõe a aquisição daquele prédio, com a área de 350 m2, pelo valor de € 1.484.-----

-----Deliberado por unanimidade proceder à referida aquisição, cujo proprietário é o Senhor Francisco Rodrigues.-----

-----O Senhor Vereador Prof. António Alves solicitou ainda esclarecimento sobre o alargamento da ponte.-----

-----O Senhor Presidente informou que foi necessário outro projecto, estando o mesmo a ser elaborado pelo G.A.T. de Figueiró dos Vinhos.-----

**SEGUNDO**-----

-----O Senhor Vereador Prof. Fernando Lopes propôs a celebração de protocolo com a Filarmonia das Beiras.-----

-----Deliberado assinar o referido protocolo que se anexa à presente deliberação, dela fazendo parte integrante.-----

-----Apresentou ainda ofício remetido pelo Sport Castanheira de Pera e Benfica, em que solicitam as instalações da nossa oficina para pequenas reparações na sua viatura, assim como mudanças de óleo e filtros.-----

-----Deliberado acolher a solicitação, dentro dos condicionalismos legais.-----

-----Por fim, propôs que se aumente a participação financeira ao Agrupamento Escolar, calculado na base de € 2,75/hora.-----

**TERCEIRO**-----

-----O Senhor Presidente informou a Câmara das conclusões do IV Encontro Nacional de Autarcas, realizado no dia 11 de Novembro, em Santarém, cuja declaração final se anexa à presente acta.-----

**BALANCETE DE TESOURARIA**

-----OPERAÇÕES DE TESOURARIA - 249.190,10-----

-----OPERAÇÕES ORÇAMENTAIS - 58.928,05-----

**OBRAS PARTICULARES**

**PRIMEIRA**-----

-----ROGER VICTOR FRANS HOREMANS, requer aprovação dos Projectos de Especialidades, referentes à construção de parque de campismo, sito em Vale Feitoso - Castanheira de Pera.-----

Reunião de 12 de Novembro de 2002

-----Tem parecer favorável do Serviço de Obras e Urbanismo.  
Deferido.-----

**SEGUNDA-----**

-----ABÍLIO CARREIRA HENRIQUES VERAS, requer aprovação dos  
Projectos de Especialidades e Arquitectura, referentes à  
construção de edifício misto (habitação/comércio), sito na  
Travessa Dr. Eduardo Correia, nº2, Castanheira de Pera.-----

-----Tem parecer favorável do Serviço de Obras e Urbanismo.  
Deferido.-----

**DELIBERAÇÕES TOMADAS POR UNANIMIDADE**

**PRIMEIRA-----**

-----ACTUALIZAÇÃO DAS RENDAS DOS IMÓVEIS-----

-----Deliberado proceder à actualização das rendas dos imóveis  
propriedade do município, nos termos da Lei nº 46/85, de 20 de  
Setembro, aplicando o coeficiente de 1,036, nos termos da  
Portaria 1368-B/2002, de 19 de Outubro.-----

**SEGUNDA-----**

-----PROGRAMA SOLARH-----

-----Presente orçamento referente à candidatura ao Programa  
SOLARH apresentado por Olinda Henriques Rosa Correia. Deliberado  
emitir parecer favorável e remetê-lo ao Instituto Nacional da  
Habitação, nos termos do Decreto-Lei nº 7/99, de 08 de Janeiro.--

**TERCEIRA-----**

-----FÁBRICA BARROS III-----

-----Presente ofício remetido por Fábrica Barros III com carimbo  
de entrada nº 4433, de 04 de Novembro de 2002.-----

-----Atento às deliberações tomadas nas reuniões de Câmara de  
31/08/2001 e 17/09/2001. Mantendo esta autarquia, como válidas,  
as aludidas deliberações, com os fundamentos delas constantes.  
Mantendo-se a circunstância de que, na presente situação, o  
processo de licenciamento deve obedecer ao disposto no Decreto  
Regulamentar nº 25/93, de 17 de Agosto. Verificado que as  
conclusões a que o requerente alude no ofício supra citado, foram  
apontadas unilateralmente pela DGOTDU, não tendo merecido  
concordância por parte da Câmara Municipal. Delibera a Câmara  
Municipal que não existem circunstâncias que motivem uma  
reapreciação do processo do requerente, tudo nos termos e com os  
fundamentos supra expostos e também os constantes das  
deliberações tomadas, face aos pedidos do requerente, em reuniões  
da Câmara Municipal de 31/08/2001 e 17/09/2001 cujo conteúdo se  
dá aqui por reproduzido para todos os efeitos legais.-----

-----O Senhor Presidente não participou na votação.-----

**QUARTA-----**

-----ASSOCIAÇÕES - FORMA DE PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO-----

-----Considerando que a Câmara Municipal deliberou a  
integração/participação do município em diversas associações.  
Considerando que a constituição de algumas dessas associações,  
assim como a composição dos órgãos, por representantes do  
município, não resulta directamente de lei especial. Delibera a  
Câmara Municipal clarificar as indicadas deliberações, no sentido  
de que a aludida integração/participação do município nas  
associações referidas, contempla a participação da Câmara  
Municipal em órgãos das mesmas, nos termos definidos nos  
respectivos estatutos, sendo representada pelo Presidente da  
Câmara, por vereadores do executivo camarário ou por pessoa a

Reunião de 12 de Novembro de 2002

designar pela Câmara Municipal. Considera-se válida e/ou ratifica-se a participação, a título gratuito, que se encontra a ser levada a efeito pelo Presidente da Câmara e/ou por vereadores do executivo camarário, nos órgãos das aludidas associações, considerando-se que os mesmos se encontram em representação do município, exercendo o cargo por inerência de funções.-----

-----Mais delibera remeter o assunto à Assembleia Municipal a fim de ser sujeito a deliberação.-----

-----O Senhor Presidente não participou na votação.-----

**QUINTA-----**

-----EDIFÍCIO "CASA DO POVO"-----

-----Deliberado iniciar processo tendente à constituição da propriedade horizontal sobre o imóvel denominado "Casa do Povo".-

**SEXTA-----**

-----TRANSFERÊNCIA DE INSTALAÇÕES DA JUNTA DE FREGUESIA-----

-----Atento à necessidade imediata de espaço no edifício da Câmara Municipal para funcionamento e optimização de serviços camarários. Atento ao valor entregue pela Junta de Freguesia de Castanheira de Pera relativo ao espaço que actualmente ocupa no edifício da Câmara Municipal.-----

Delibera a Câmara Municipal ceder à Junta de Freguesia de Castanheira de Pera a fracção a constituir no primeiro andar do edifício denominado "Casa do Povo", por efeito da propriedade horizontal, nos termos e com os fundamentos de documento que fica anexo à presente acta, dando-se aqui por reproduzido para todos os efeitos legais.-----

**SÉTIMA-----**

-----REGULAMENTO MUNICIPAL DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS-----

-----A Câmara Municipal delibera, nos termos do artº 118º do Código do Procedimento Administrativo, aprovar e remeter para apreciação pública o Projecto de Regulamento Municipal para a Concessão de Subsídios a Entidades e Organismos que prossigam no Município Fins de Interesse Público, anexo à presente deliberação e dela fazendo parte integrante. A apreciação pública far-se-á no prazo de 30 dias, a contar da sua publicação em Diário da República.-----

**OITAVA-----**

-----RANCHO FOLCLÓRICO "NEVEIROS DO COENTRAL"-----

-----O Rancho Folclórico "Neveiros do Coentral" solicita atribuição de subsídio. Presente Plano de Actividades e tendo em consideração o interesse da promoção do concelho através da actividade desenvolvida por este grupo, deliberado atribuir € 5.000 (cinco mil euros).-----

**NONA-----**

-----REGULAMENTO MUNICIPAL DE URBANIZAÇÃO E EDIFICAÇÃO E DA TABELA DE TAXAS URBANÍSTICAS DO CONCELHO DE CASTANHEIRA DE PERA--

-----A Câmara Municipal delibera, nos termos do artigo 118º do Código do Procedimento Administrativo e do nº3 do artigo 3º do Decreto-Lei nº555/99, de 16 de Dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº177/2001, de 4 de Junho, aprovar e remeter para apreciação pública, pelo prazo de 30 dias a contar da sua publicação em Diário da República, o Projecto de Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação e da Tabela de Taxas Urbanísticas.-----

**DÉCIMA-----**

Reunião de 12 de Novembro de 2002

-----VALORES MÍNIMOS DE CONSTRUÇÃO POR METRO QUADRADO DO MUNICÍPIO-----

-----A Câmara Municipal delibera aprovar os valores mínimos de construção por metro quadrado que devem vigorar na elaboração de estimativas orçamentais de obras particulares:-----

- Habitações unifamiliares - 249,00 €/m2;-----

- Edifícios de utilização colectiva - 249,00 €/m2;-----

- Estabelecimentos comerciais, de serviços, de restauração e bebidas, de restauração e bebidas com sala de dança, alimentares e não alimentares, hoteleiros e meios complementares de alojamento turístico, parques de campismo públicos e privativos, conjuntos turísticos, empreendimentos de turismo no espaço rural e casas da natureza - 249,00 €/m2;-----

- Estabelecimentos industriais - 175,00 €/m2;-----

- Barracões, anexos e garagens - 150,00 €/m2.-----

-----Mais se delibera revogar a deliberação tomada em 30 de Janeiro de 1997.-----

**DÉCIMA PRIMEIRA-----**

-----PLANO GERAL DE URBANIZAÇÃO DE CASTANHEIRA DE PERA-----

-----Presente ofício com a referência DSJ/79/2002, remetido pela Direcção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano. Na sequência do ofício nº 1385 de 28/06/2002, remetido pela Câmara Municipal, após analisado o ofício da DGOTDU, verifica-se que as conclusões formuladas no último parágrafo do mesmo, foram unilateralmente apontadas pelo indicado organismo, não tendo merecido concordância nem da Câmara Municipal, nem de representante da mesma. A Câmara Municipal delibera manifestar a sua discordância com todo o conteúdo do indicado ofício, mantendo como válido o conteúdo/fundamentos do ofício enviado pela autarquia em 09-10-2001, à Eng<sup>a</sup> Rufina Lucília Marques Vilão e do relatório da IGAT na parte relativa ao Plano Geral de Urbanização de 1972, dada a ineficácia do indicado plano, pelo que, inexistindo na ordem jurídica, a competência para a instrução/aprovação do processo de licenciamento da ampliação da indústria a que o ofício da DGOTDU faz referência, compete à Comissão de Coordenação da Região, nos termos do disposto no Decreto Regulamentar nº 25/93, de 17 de Agosto, nomeadamente no artigo 4º, nº6, parte final do citado diploma legal.-----

-----O Senhor Presidente da Câmara não participou na votação.-----

**DÉCIMA SEGUNDA-----**

-----MODIFICAÇÃO AO ORÇAMENTO-----

-----Ao abrigo do Decreto-Lei nº54-A/99, de 22 de Fevereiro, a Câmara Municipal delibera aprovar a 6ª Alteração ao Orçamento no valor de € 79.693, por reforço e anulação.-----

**DÉCIMA TERCEIRA-----**

-----MODIFICAÇÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO-----

-----Ao abrigo do Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de Fevereiro, a Câmara Municipal delibera aprovar a 6ª Alteração às Grandes Opções do Plano, no valor de € 48.093, por reforço e anulação.---

**DÉCIMA QUARTA-----**

-----PAGAMENTOS-----

-----A Câmara Municipal tomou conhecimento dos pagamentos efectuados e autorizados, registados sob os números: 1870, 1872, 2057, 2068 a 2073, 2075, 2076, 2114 a 2168, 2170 a 2179, 2190 e 2191; no valor de € 182.108,76 respeitantes a despesas orçamentais e delibera por unanimidade ratificá-los.-----

**ENCERRAMENTO**

-----E não havendo mais assunto algum a tratar, foi encerrada a reunião eram doze horas, pelo que de tudo se lavrou a presente acta que foi aprovada em minuta.-----

-----E eu, Maria da Conceição Silva Soares, minutei, mandei lavrar e subscrevo.-----